

***La Jornada*: a construção alternativa da imagem do EZLN**

Antônio da Silva Câmara (Depto. Sociologia e Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFBA)
adscamara@yahoo.com.br

Um dos mais significativos movimentos sociais na América Latina é o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) no México, apresentando uma pauta de luta original, visibilizando para o próprio México e para o mundo a composição étnica daquele país, ao tempo em que exige que a população originária seja efetivamente incluída na nação (Nunca mais um México sem nós). Tal exigência não é, no entanto, restritiva, pois o EZLN, busca identificação com a luta de todos os oprimidos do México e do mundo, entendendo opressão em seus múltiplos aspectos (classe, gênero, etnia, etc.). Utilizando-se tanto de luta (sublevação, marcha, organização das comunidades) quanto dos meios de comunicação, com destaque para a rede Web, o EZLN ultrapassou as fronteiras nacionais. No entanto no seu próprio país a luta contra a imprensa conservadora tem sido permanente. Dentre os meios de comunicação que apresentam interface digital e impressão em papel, encontra-se O jornal *La Jornada*, que tem dado amplo espaço de divulgação e auxiliado na construção de uma imagem positiva deste movimento. Ao longo de todo o processo de luta desta organização neozapatista, este jornal tem informado as suas ações e propiciado a discussão política sobre os seus rumos. De certo modo podemos dizer que este periódico tem exercido no México papel semelhante ao que Gramsci esperava de uma imprensa socialista: informar e promover a discussão e divulgação das lutas sociais, constituindo-se em elemento fundamental na luta pela hegemonia. Pretende-se neste artigo verificar como em três momentos distintos O jornal *La Jornada* exerceu essa função, o primeiro corresponde à sublevação em 1994; o segundo, à marcha pela paz, atividade do EZLN em 2001 para exigir a aprovação dos direitos indígenas; o terceiro, corresponde ao às ações do EZLN em junho de 2005, após um longo período de silêncio. As páginas do *La Jornada* repercutem este movimento, suas táticas, objetivos, a percepção dos seus líderes e as expectativas da população indígena que constitui sua base social.

Esta pesquisa insere-se em projeto mais amplo que desenvolvo enquanto pesquisador no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais sobre os movimentos sociais na América Latina na linha de pesquisa Democracia, cultura e movimentos sociais, desenvolvida no Núcleo de Estudos de estudos Rurais e Ambientais (Nuclear), na UFBA. A pesquisa tem caráter documental, visa analisar textos do jornal *La Jornada* publicados na rede internacional (WEB), a referência teórica centra-se em bibliografia especializada sobre a temática.

Objetiva-se compreender: como o movimento social encontra expressão e é reconstruído por um periódico que se põe à esquerda do jornalismo convencional; como através desta imprensa específica as lideranças do Exército de Libertação Nacional (EZLN) expressam seus pontos de vista, analisam as suas próprias condições políticas e sociais na implementação das suas reivindicações, expõem suas táticas e definem estratégias a serem alcançadas com sua luta; como se expressa a relação entre este movimento e a rede de apoios sociais nacionais e internacionais que foram construídos desde 1994 (momento da primeira aparição pública do EZLN com a rebelião armada).

Para cumprir com estes objetivos utilizaremos matérias jornalísticas deste periódico divulgadas também na Internet. Examinaremos o conjunto de matérias divulgadas ao longo do mês de ocorrência de cada evento, reconstruindo a informação e tentando compreender o próprio viés informativo do *La Jornada*, eventualmente poderemos contrastar tais informações com aquelas que forma prestadas pelo EZLN no seu endereço eletrônico (Ya Basta!). Logo interessa-nos as matérias descritivas das ações do EZLN, as que contrapõem o Estado ao movimento social e aquelas que apresentam pontos de vistas (artigos assinados).

Esperamos consolidar estes pressupostos em um artigo que analisará como um jornal da mídia alternativa constrói determinada imagem do movimento social e, de certa forma verificar até onde esta imagem corresponde à auto-imagem do próprio movimento (constante da página do EZLN).

La Jornada: a construção alternativa da imagem do EZLN

Antônio da Silva Câmara*

GT6: Estado, meios de comunicação e movimentos sociais

Resumo:

Um dos mais significativos movimentos sociais na América Latina o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, apresenta uma pauta de luta original, tornando visível para o México para o mundo a composição étnica daquele país, e a exigência de inclusão da população originária na nação (Nunca mais um México sem nós). Naquele país, o Jornal La Jornada tem divulgado amplamente esse movimento e o auxiliado na construção de uma imagem positiva. Analiso neste artigo três momentos da atividade do jornal: a sublevação, em 1994; a marcha pela dignidade e pela paz, em 2001; e a outra campanha, iniciada em junho de 2005.

Nas formulações marxistas clássicas encontrava a preocupação em articular a comunicação e a difusão das ideais revolucionárias através da imprensa escrita, Marx utilizou-se regularmente da imprensa na Alemanha, Inglaterra e até mesmo nos EUA para divulgar seus estudos ou mesmo para análise de conjunturas particulares; Lênin (1978) defendeu vigorosamente a necessidade de desenvolvimento de uma imprensa operária e partidária que pudesse organizar a classe operária para a revolução socialista. Trotsky utilizou-se bastante da imprensa escrita (vinculadas a organizações de esquerda à grande mídia) para empreender a luta contra a burocratização da revolução de Outubro na Rússia, Gramsci (1979) atentou para o papel da imprensa e propôs a necessidade de estudá-la, compreendendo seus gêneros, conteúdos expressos e a necessidade de criarem-se instrumentos para divulgação da luta operária.

A exceção de Gramsci, os revolucionários marxistas atentaram mais para a necessidade de construir meios alternativos de imprensa para propiciar a comunicação dos partidos comunistas com o proletariado. Tal escolha contribuiu para que os partidos, tendências ou facções de esquerda fundassem seus próprios periódicos permitindo que a interpretação dos fatos da luta de classes não ficasse restrita à versão da grande imprensa. Mas, por outro lado, contribuiu também para que a comunicação desses grupos apresentasse

* Doutor em Sociologia. Universidade Paris 7. Professor do Departamento e da Pós-Graduação em C. Sociais (UFBA).

forte característica interpretativa e parca capacidade descritiva da realidade. Essas publicações cumpriam o objetivo de constituir-se em liame entre a classe e o partido, permitindo a compreensão dos pontos de vista do partido, mas, não eram capazes de escutar os indivíduos que compunham as classes dominadas e apresentar descrições das ocorrências sociais. Logo, a crítica correta feita aos meios dominantes da imprensa escrita, vinculadas a poderosos interesses econômicos, enquanto interpretes da ideologia burguesa, aplicar-se-ia de forma invertida aos meios que se reivindicavam da classe operária por apresentarem, sempre, uma postura interpretativa, fortemente vinculada a interesses de “classe” definidos a partir de uma determinada ótica partidária e, portanto, também parcial.

Em função da atual crise das formas organizativas que representavam as classes subordinadas, as formas de comunicação específicas destes (partidos, sindicatos e associações) com a sociedade sofreram significativo recuo, mesmo em países onde os partidos de esquerda sempre apresentaram consistente vínculo com os grupos sociais subalternos.

Por outro lado, cada vez mais as lutas sociais expressam-se por canais distintos daqueles consagrados na tradição operária clássica, os movimentos sociais encontram novas formas de ação e de organização em todo o planeta. Não se trata a meu ver, como querem os pós-modernos, de fragmentação de todas as ações políticas, que teriam encontrado seu devir em formas corpusculares e limitadas, com objetivos de curto prazo. Ao contrário, muitos desses movimentos, apontam para a busca de solução das intermitentes crises de direção das classes subordinadas, reconstruindo e inventando novas formas de participação e decisão. Nada também nos autoriza, apesar da crise, a declarar o fim das organizações partidárias que se reivindicam da esquerda, mas indicam o esgotamento das suas hierarquizações e formas de regulação interna.

É forçoso reconhecer que os movimentos sociais urbanos e rurais, que tem ocupado os espaços sociais e conseguido repercussão nacional e internacional, nas duas últimas décadas, têm escapado das formas convencionais de organização dos trabalhadores, apresentando capacidade de comunicação e mobilização bastante superior às experimentadas pelos partidos políticos e sindicatos. Tais movimentos contam com o recente desenvolvimento de novas mídias que lhes proporciona amplas possibilidades de comunicação. Diante das inovações tecnológicas os movimentos podem pôr em questão, em

tempo relativamente curto, as abordagens oficiais sobre aspectos da realidade, em particular aqueles que são produzidos por suas ações políticas. A criação de redes de solidariedade entre os diversos movimentos, aí incluindo as publicações alternativas, fragiliza os meios midiáticos e, sobretudo, a imprensa escrita que para concorrer com essa aceleração na produção e transmissão de informação precisou criar versões dos seus periódicos em nível virtual. Tal situação, que já levou à crise inúmeros periódicos, tem obrigado a grande imprensa a alterar a forma e o conteúdo de suas publicações. Ainda que isto não implique em mudança radical, podendo conduzir a mídia escrita a produzir coberturas jornalísticas imparciais, é bem verdade que são visíveis, pelo menos em países da América Latina submetidos durante um longo tempo à censura, que a imprensa aproxima-se mais da sociedade e divulga os movimentos sociais outrora restritos às páginas policiais. Tal divulgação é plena de ambigüidades e, por vezes, oculta a má fé de editores para com os movimentos, como é o caso, no Brasil, do tratamento preconceituoso da Veja em relação ao Movimento dos Sem-Terra.

Os estudos sobre a mídia mostram como esta tem divulgado, alterado e até construído fatos políticos (NEVEUX, 1999) envolvendo movimentos sociais. Sobretudo a televisão ao divulgar um movimento produz perspectivas imagéticas que tanto podem favorecê-lo como prejudicá-lo. Ocorrendo inclusive a possibilidade de interferir-se sobre um movimento emprestando-lhe características novas e conduzindo-o em direções diferenciadas da sua proposta inicial (JUQUEM, 1999).

A grande mídia ao mesmo tempo serve aos interesses dos movimentos sociais e os prejudica; isto porque os divulga, torna suas aspirações públicas, podendo até mesmo impor-se como indispensável para a existência do movimento, como é o caso dos movimentos antiglobalização que têm se expressado em nível internacional sempre por ocasião dos encontros de cúpula dos países industrializados, da OMC ou do Banco Mundial e do FMI; mas, também tem contribuído, em determinadas situações, para a criminalização ou banalização das ações de movimentos sociais (recentemente aqui no Brasil a mídia escrita e televisiva fez exemplarmente este papel ao atacar um dos movimentos de luta pela terra que enfrentou, no Congresso Nacional, os seguranças do parlamento). GOHN (2002) mostra como o MST beneficiado pela visibilidade adquirida na mídia, nem sempre consegue controlar este processo sendo, por vezes, estigmatizado pelos meios de comunicação.

Como já salientado, a possibilidade tecnológica contemporâneas tem permitido a multiplicidade de meios de informação e comunicação, favorecendo tanto aos antigos partidos e organizações políticas a construção de espaços virtuais próprios, como aos movimentos sociais expressarem-se diretamente e disputarem com os meios tradicionais a audiência de um público ampliado. Ainda que a maioria dos movimentos sociais tenha experimentado estes novos meios e obtido relativo sucesso na melhoria da comunicação, é inegável que um deles o movimento neozapatista do México, foi o mais vitorioso no uso dos meios eletrônicos. Através da sua página na internet e de uma rede de apoio, envolvendo Instituições Universitárias, Centro de Estudos, movimentos de solidariedades em todos os continentes, publicações de outros movimentos sociais e, por fim a própria grande imprensa nacional e estrangeira, este movimento conseguiu adquirir visibilidade internacional e construir uma plataforma de luta que se encontra em constante processo de aperfeiçoamento, abarcando suas iniciativas, ideários, apoios e perspectivas nacionais e internacionais.

Através de Comunicados, informes, cartas e artigo analíticos do sub-comandante Marcos, de silêncios (do EZLN) alternados com intensa atividade pública, este movimento inscreveu os indígenas de Chiapas no mapa das lutas sociais em nível mundial, e transformou-se em exemplo de resistência contra o Estado e a globalização capitalista, realizando aquilo que antes havia sido preconizado por Gramsci: a busca da construção de uma nova hegemonia a partir da unidade dos subalternos na sociedade civil.

Este movimento, que hibernou nas florestas de Chiapas durante quase uma década (DIAZ, 1995), só se tornou público através do levante de primeiro de janeiro de 1994, - no momento em que o México aderira à NAFTA e se esforçava para ser visto como um país livre de conflitos e sem minorias étnicas, mestiço, moderno e integrado à civilização ocidental -, alterou definitivamente tanto a percepção mexicana quanto à do mundo sobre aquele país.

O EZLN que iniciou um conflito armado contra o governo, respondido com extrema violência, percebeu, de imediato, a necessidade de alterar a sua tática, tornando-se uma guerrilha pacífica e ao mesmo tempo divulgando por todos os meios seus princípios e os propósitos de sua luta, construindo, assim uma ampla rede de apoio. A nova tática de luta foi fundamental para impedir os avanços do governo, preservando a vida dos militantes e das comunidades indígenas que os apoiavam. Ao lado destas iniciativas, a divulgação no México e em diversos países de todo o processo de luta através da grande imprensa contribuiu para

desencadear uma campanha internacional de proteção ao movimento. No México, alguns jornais foram agraciados pelo movimento com seus comunicados e notícias de primeira mão, estes meios, na avaliação do EZLN, seriam mais coerentes e se encontrariam próximos dos interesses dos oprimidos. De fato, enquanto alguns poucos jornais tentavam descrever o que acontecia em Chiapas, os demais meios e a televisão tomavam distância dos eventos, desaprovavam os guerrilheiros e punham-se firmemente, na defesa do governo. O La Jornada encontrava-se dentre os periódicos que gozaram da confiança do EZLN e que passados 12 anos do levante mantêm uma cobertura completa do movimento. Interessa-nos compreender como um jornal que não é oriundo de um grupo político específico mantém sua autonomia e preserva os seus princípios, descrevendo três momentos-chaves da luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) quais sejam: o levante, em 1994, a marcha pela dignidade, em 2001; e a outra campanha, iniciada em junho de 2005 em curso até os dias de hoje.

O perfil do La Jornada e a cobertura do levante em 1994

Segundo os editores do La Jornada (2006), o periódico surgiu em 1984, fruto de uma dissidência de jornalistas, que teriam rompido com o jornal *Unomásuno*, decididos a criarem uma publicação independente, situação semelhante à do *Le Monde Diplomatique*, jornal francês, com periodicidade mensal, que se constituiu enquanto uma cooperativa de jornalistas, não se subordinando ao capital empresarial. A situação do La Jornada é ainda mais singular, pois, analisa seus editores, o jornal aparecia em um momento no qual a maioria da imprensa mexicana, subordinava-se aos interesses do Partido Revolucionário Institucional que deteve o poder no México durante 70 anos:

“Uma rede de cumplicidades, submissões, e conveniências, fazia da imprensa uma parte orgânica do regime. O acionista principal de Televisa declarava-se ‘soldado do PRI’ e não tinha competidores além dos canais do governo (...). Só umas poucas estações de rádios ofereciam notícias regulares e ninguém sonhava com tribunas de análise política (...)” (La Jornada, 09/07/2006).¹

A esta domesticação da imprensa acrescia-se a vigilância do poder político que se utilizava mecanismos de compadrio, corrupção e privação de propaganda oficial aos meios que não se submetessem ao Estado. Segundo o jornal à imprensa uniforme correspondia

¹ La sociedad en el espejo de las princesas. [Http://www.jornada.uanm.mx/info](http://www.jornada.uanm.mx/info). Acessado em 09/07/2006.

uma unanimidade na vida política, à exceção do Partido Comunista e da Ação Nacional (direita) que eram tratados como agremiações ingênuas. Sindicalistas e camponeses também se subordinavam ao governo; aqueles que não concordavam com o poder central sofriam perseguições policiais. O México era, portanto, aparentemente democrático, federalista, igualitário e laico, com divisão de poderes,

“ (...) na prática era uma nação autoritária, ritualista, centralista até a paranóia, obsessivamente presidencialista e violador dos direitos humanos. A maioria da sociedade tolerava pouco as singularidades e diferenças, e não se dava conta de sua crescente diversidade. Marginalizavam-se os indígenas, aos não católicos, às mulheres, aos não priistas, aos homossexuais, aos sindicalistas autônomos, aos artistas alheios à cultura oficial, aos migrantes, aos acadêmicos, aos ativistas das mais diversas causas sociais, aos que apregoavam a viabilidade da democracia no país, aos que pugnavam pelo estabelecimento de um estado de direito, aos que viam na justiça social e na redistribuição da riqueza algo mais que escalas regulamentares de discursos. Esses grupos da sociedade simplesmente não existiam para os meios de informação.” (ibidem)

Nesta conjuntura os jornalistas que criaram a Jornada decidiram fazer um jornalismo que acolhesse “as expressões de pluralidade e diversidade”, que ajudassem preservar consensos históricos em torno da defesa da economia, da educação pública e laica, da saúde gratuita, do direito à moradia e a defesa de salários adequados para os trabalhadores.

Esta plataforma do jornal teria encontrado dificuldades junto ao empresariado, e este precisou para ser editado do apoio de intelectuais, cientistas, escritores e militantes políticos de várias tendências e artistas. Os editores orgulham-se de não ter tido sócios capitalistas, mas sim artistas e figuras destacadas da área cultural, dentre eles o escritor Gabriel Garcia Márquez.

Devemos lealdade aos artistas, intelectuais, acadêmicos, jornalistas, políticos e escritores que participaram na fundação do diário, assim como os estudantes, os operários, as donas de casa, profissionais, camponeses, pequenos empresários, promotores de direitos humanos, comerciantes, poetas e desempregados que decidiram ariscar o dinheiro que tinham nos bolsos, o equivalente a vinte ou trinta dólares naquela época, e converteu-se em acionistas do nosso jornal. (idem).

A Jornada, segundo seus editores, irá diferenciar-se dos demais meios de imprensa mexicanos por fazer coberturas jornalísticas escutando as pessoas implicadas nos fatos, além

de se posicionar claramente em relação às temáticas definidas nos seus compromissos iniciais. Os editores relembram momentos importantes como: o terremoto de 1985 (quando a energia e a solidariedade da sociedade civil foram documentadas em contraposição à apatia do Estado em socorrer as vítimas); a crise econômica do México entre 1982 e 1986; a manifestação estudantil da UNAM em 1986; as eleições de 1987 e a imparcialidade diante das candidaturas apresentadas; a cobertura crítica do intervencionismo norte-americano no oriente médio em 1990 e, por fim a sublevação em Chiapas, em janeiro de 1994.

A conjuntura social e política, na qual ocorreu o levante, descrita pelo jornal para situar o seu próprio trabalho na ocasião, está em conformidade com os vários estudos sobre a questão de Chapas. O *La Jornada* observa que o governo de Carlos Salinas de Gortari avançava nos projetos de modernização econômica seguindo as políticas neoliberais iniciadas por seu sucessor, que implicaram em abertura comercial indiscriminadas, suspeitas de vendas dos ativos estatais, ataque às conquistas operárias, sindicais e populares, redução das instituições estatais de bem estar social. O ataque às condições de vida teria atingido duramente à população que vivia da agricultura e, em particular os indígenas. O Jornal destaca também a forte corrente migratória para as cidades em função dessa modernização. Neste contexto, o estado de Chiapas, excluído no passado dos benefícios da revolução mexicana, continuava a ser o mais pobre do país. Os camponeses e indígenas reagiram em 1992 realizando uma marcha que partiu de Chiapas com destino à cidade do México para denunciar assassinatos de ordem política; outra manifestação com 15 mil indígenas tomando simbolicamente a cidade de San Cristóbal de las Casas, foram noticiadas pelo jornal que estabeleceu interlocução de seus correspondentes com as comunidades indígenas e as organizações camponesas.

A aproximação do momento do levante foi de certa forma percebida pelos correspondentes do jornal ao serem informados ainda em 1993 que o exército mexicano teria enfrentado em Chiapas grupos identificados como delinqüentes comuns, isso às vésperas da assinatura do tratado de livre comércio com os EUA. Quando o jornal publicou notícias sobre a organização de guerrilha em Chiapas, a informação passou despercebida para a opinião pública e para o governo:

O texto relata ainda a rapidez com que a informação de que algo de extraordinário estava acontecendo em Chiapas nas “últimas horas de 1993”, rapidamente transformou-se

no fato mais importante do México em toda a década, já no dia primeiro de novo ano de 94 uma repórter do jornal entrevistava o Sub-Comandante Marcos. A notícia do levante rapidamente “deu a volta ao mundo”. E os editores reconhecem que foram tomados de surpresa

Nós de la Jornada compartilhamos do estupor e do desconcerto generalizado, se algo nos distinguiu naqueles momentos foi, o acaso de perceber que a insurreição era o mais transcendente sucesso político que tinha acontecido até então naquele sexénio. (idem).

Mesmo com posição contrária à violência, viam a potencialidade daquela luta:

Por outro lado, desaprovamos os métodos violentos, mas reconhecemos que os nativos tinham razão em suas demandas. Com essas noções em mente enviamos ao cenário do conflito um forte contingente de repórteres, cronistas e fotógrafos. Um outro grupo cobriu as reações ao conflito nas repartições governamentais da capital, entre os congressistas e os diplomatas. O único âmbito ao qual a Jornada não teve acesso naqueles dias foi às fileiras dos rebeldes, os quais pareciam ter-se esfumado na selva chiapaneca. (idem).

Tal postura de ver na reação “dos marginalizados de sempre” a principal missão informativa do jornal, parece-me que tem acompanhado o La Jornada até os dias atuais. Destaque-se que a discordância quanto ao método de luta não impediu o periódico de visualizar o potencial democrático e inovador do EZLN. Como afirma o editorial ao longo dos anos que se sucederam o jornal além de informar, foi uma tribuna aberta, na qual escritores e estudiosos mexicanos e de outros países debateram publicamente suas posições acerca do movimento. A preocupação em não apresentar a guerra do EZLN apenas na sua faceta espetacular foi observada com a exploração das características históricas, econômicas, culturais e sociais do estado de Chiapas. No início do conflito o jornal divulgou a Primeira Declaração da Selva Lacandona, na qual o movimento declarava: Já Basta! E reconstituía a história de opressão dos indígenas mexicanos; reivindicava o poder para o povo; identificava-se com o exército de libertação de Zapata; justificava a guerra; e fixava as suas principais consignas: **trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz.**

As entrevistas com Marcos, e com pessoas comuns que participavam da luta completavam o quadro. O La Jornada acompanhou o levante, a reação do governo e o fim do

conflito, mas depois disso continuou a divulgar as novas iniciativas do EZLN com a Segunda Declaração da Selva Lacandon, em junho de 1994 quando o movimento propõe-se a dialogar e apresenta uma visão bastante tolerante, democrática, mesmo mantendo o apelo para a resistência. Esta mudança de posição levará o movimento a dialogar com representantes do governo em torno dos direitos indígenas e a assinar os acordos de San Andrés em 1997, que não serão cumpridos pelo governo.

Após a frustração com os acordos de San Andrés o EZLN passa por um período de recolhimento que será suspenso com a marcha pela paz e pela dignidade que ocorrerá em 2001 acompanhada pari passu pela imprensa mexicana e internacional.

Sobre a marcha

Na marcha de 2001 La Jornada acompanha o movimento na sua caminhada por doze estados até chegar à capital da República. Registra as posições do EZLN, o apoio popular, a posição das autoridades mexicanas em suas várias instâncias e o expressivo apoio de intelectuais mexicanos e europeus que participaram da marcha.

A reação de autoridades mexicanas contrárias à marcha foi registrada, a exemplo do presidente do Congresso que teria firmado em janeiro de 2001:

“A marcha programada pelo EZLN à cidade do México é "ilegal". Não é possível que saiam de Chiapas sem terem assinado um acordo, "ainda que seja preliminar", de diálogo " princípio de pacificação, opinou ontem o presidente da mesa diretora da Câmara dos Deputados, o panista Ricardo García Cervantes. De nenhuma maneira eu estaria de acordo de que viessem mascarados a São Lazar. " (La Jornada, 24/01/2001)

O motivo da marcha explicitado pelo EZLN tanto em comunicados, como em entrevistas era a exigência de reconhecimento dos acordos firmados entre o movimento e o governo federal, logo a aprovação da lei indígena decorrente de negociações interrompidas com o governo Zedillo, antecessor do presidente Fox. A disposição de buscar a aprovação por parte do Congresso dos direitos indígenas impulsionou o EZLN a sair de Chiapas e a percorrer 12 Estados até chegar à capital.

Em artigo assinado em 25/02//2001 dois articulistas caracterizam a marcha, buscando recuperar a cosmovisão indígena e a sua persistência em lutar por seus direitos:

“Segundo a filosofia e cosmovisão de inúmeros povos indígenas, o espaço e o tempo existem transcorrendo em forma espiral em constante ascenso. Assim o criador e doador da vida nos deu força e alento para caminhar este mundo em meio de alegrias e adversidades que são comuns a todos. Dizem então que a rota da justiça e da esperança é

precisamente uma espiral que gira sobre seu próprio eixo, contrário aos ponteiros de um relógio.

Este pensamento está vigente na marcha que iniciou diversas comunidades e povos indígenas, representados pelo Exército Zapatista de libertação, em seu percurso por 12 estados da República rumo à capital do país, com o propósito de lograr conseguir o reconhecimento constitucional dos direitos indígenas nos termos pactuados em San Andrés e concretizados na iniciativa de reformas constitucionais da Comissão de Concórdia e Pacificação”. (David Aponte e Ciro Perez, La Jornada, 25/02/2001)

Os cronistas apontam para a composição dos grupos que marchavam em direção à capital com representantes dos povos indígenas articulados em torno do Congresso Nacional Indígena (CNI) e da sociedade civil preocupada com a paz no país, e sustentam a importância do EZLN encontrar-se com anseios de populações indígenas de todo o país com o objetivo de ver aprovado os acordos assinados em San Andrés. O movimento com esta marcha estria alertando tanto a consciência nacional quanto a internacional para a necessidade de estabelecerem-se novas relações entre o estado mexicano e as populações indígenas, relações baseadas no reconhecimento das diferenças. Chama-se a atenção dos deputados e senadores para atentar para a justa reivindicação indígena e termina-se propondo aos mexicanos para juntar-se em pensamentos e corações à mobilização pacífica do EZLN.

Na cobertura jornalística destacou-se, nesse período: a preocupação em definir os motivos da marcha e o relato da boa acolhida da sociedade civil ao EZLN em todos os lugares (cidades e povoados) pelos quais passou; a reprodução dos pronunciamentos do subcomandante Marcos e dos demais dirigentes criticando os políticos conservadores e reafirmando a condição para a paz que envolviam, a suspensão da militarização do Estado de Chiapas, a libertação dos prisioneiros do movimento e a aprovação dos direitos indígenas; e o registro do apoio de intelectuais em nível internacional que acompanhavam a marcha para impedir que o governo pudesse realizar prisões de membros do movimento. A chegada à capital e a extraordinária concentração na Praça do Zocalo, inclusive com fotos com o local inteiramente tomado pela população. As falas de diversos intelectuais de envergadura internacional e nacional feitas publicamente em apoio ao EZLN, aparecem tanto editadas em matéria jornalística, como são publicadas na íntegra. Dentre os intelectuais presentes destacaram-se José Saramago (escritor português), Alain Touraine (sociólogo francês), Bernard Cassens (diretor do Le Monde Diplomatique), intelectuais espanhóis e mexicanos. O

entusiasmo com este movimento aparece nos discursos de Saramago que afirma jamais ter participado de um movimento com tal força e vitalidade; Touraine, que credita ao movimento a capacidade de criar novas formas de luta buscando com isso saída para os impasses da esquerda em nível internacional. Os discursos sempre dão as boas vindas ao EZLN e os intelectuais se põem à disposição deste movimento na difícil luta para fazer avançar os direitos indígenas.

O destaque maior da cobertura do dia em que os indígenas adentraram ao Congresso ficou por conta de ser uma sub-comandante (Esther) que representou o movimento, pois O sub-comandante Marcos não entrou no prédio do Congresso. As declarações de Esther, de Marcos, e de outros dirigentes adquirem significado neste dia.

Logo, como temos demonstrado até o momento, a cobertura jornalística do EZLN realizada por este periódico, tem a qualidade de dar voz aos subalternos, de ajudá-los a forjar sua identidade e sua unidade. Após o levante, a marcha foi, talvez, momento em que o EZLN mais mobilizou forças e conquistou apoio no seio da sociedade civil, o seu acompanhamento pela mídia, certamente contribuiu para o sucesso da ação. Ainda que esse não tivesse resultado em acatamento por parte do Congresso da proposição indígena, que posteriormente aprovou uma lei contrária aos interesses dos povos indígenas mexicanos.

A outra campanha

No atual período o La Jornada tem sido também fundamental na divulgação das ações do EZLN, em junho de 2005 este movimento resolveu fazer um alerta vermelho contra a possibilidade de o governo atacar suas comunidades, e realizar uma ampla consulta às bases para decidir quais os novos caminhos a tomar. O Movimento buscava assim dar um novo passo, após novo período de silêncio, forçado pela derrota no Congresso que não aprovou os direitos indígenas. Após o resultado da consulta divulgou a Sexta Declaração da Selva Lacandon, publicada na edição de La Jornada de 29/06/2005 e em edições seguintes, o movimento comunica-se tomando novamente a palavra como arma que possa alcançar as sociedades civis, buscando construir uma nova unidade para a luta. O comunicado é estruturado em (cinco pontos fundamentais): o que somos; onde estamos agora; de como

vemos o mundo; de como vemos nosso país que é o México; O que queremos fazer; e de como vamos fazer.

No primeiro item, pacientemente, o EZLN retoma a sua história iniciada dez anos antes do levante, os motivos que os levaram a erguerem-se em armas contra o Estado mexicano, exigindo reconhecimento da existência das populações indígenas; a violência do estado combatendo o movimento; a repercussão nacional e internacional e a posição do EZLN em escutar os apelos pela suspensão da guerra; a busca do diálogo, que resultou nos acordos de San Andrés jamais cumpridos pelo governo; os novos assassinatos de indígenas em 1997 em lugar do reconhecimento constitucional dos seus direitos; o crescimento e o apoio internacional ao movimento; a nova tentativa de ver aprovado os direitos indígenas com a marcha de 2001, chamada de marcha da dignidade indígena e o desconhecimento das suas reivindicações pelos três partidos políticos; a aprovação de uma lei “que não serve, pois mataram de vez o diálogo e deixaram claro que não importa o que acordam e subscrevem porque não tem palavras”. Tal situação teria suspenso qualquer possibilidade de contato com as autoridades federais. No segundo item, analisa-se a situação atual, de 2001 até 2005, período no qual o EZLN teria se voltado para as comunidades, buscando dar cumprimento de forma unilateral aos acordos de San Andrés. A instituição de mecanismos que pudessem, de fato, democratizar a vida das comunidades autônomas, e pôr o Exército de Libertação Nacional como subordinado às suas comunidades, foi posta em ação, através da criação das Juntas de Bom Governo. Dessa forma o movimento entregava às próprias municipalidades autônomas a direção da vida civil. Relata-se ainda o crescimento do EZLN e o apoio nacional e internacional crescente. No item seguinte, retoma-se a análise do mundo, consistindo basicamente na caracterização da exclusão sob o capitalismo, na denuncia da globalização neoliberal e na rebeldia que aparecia em todo o mundo contra os mecanismos da globalização capitalista. No quarto item, analisa-se a situação do México após o contrato de livre comércio com os EUA (NAFTA), acentuando a miséria da maioria em detrimento do enriquecimento de poucos, tanto na agricultura quanto na indústria, nesta última com o surgimento das maquiadoras; analisa-se a política neoliberal com a privatização crescente, em especial com a proposta de venda da PEMEX (empresa de petróleo estatal do México); e afirma-se que tal política não interessaria aos indígenas, camponeses, trabalhadores da cidade, estudantes, às mulheres, aos jovens, homossexuais, às lésbicas, aos transexuais e a todos os que seriam vítimas da opressão; aos quais seriam agregados os lutadores sociais e

membros da igreja comprometidos com as necessidades da população pobre. No item cinco, um amplo painel das lutas sociais na América latina e no mundo é traçado, e aparece a proposição de unidade na ação de todos os excluídos no mundo. No México, o EZLN faz apelos a todas as organizações da sociedade civil e aos indivíduos que não estão comprometidos com partidos políticos para buscar a unidade com vista à elaboração de um outro programa para o país. Para isso propõe-se, novamente, a sair de suas bases em Chiapas e marchar por todo o país com o objetivo de escutar, buscando assim construir esse outro programa. Os compromissos de lutar pela população indígena e por todos os que sofrem com a opressão no mundo e a disposição de continuar organizando encontros e intercâmbios em nível internacional são reafirmados neste documento.

A divulgação deste documento é acompanhada nas edições posteriores de La Jornada pelas iniciativas do movimento em abrir a discussão nacional. Os deslocamentos do EZLN pelos Estados, realizando a “outra campanha” “. O encontro dos líderes do EZLN com a população de várias comunidades escutando suas lutas e propondo-se lutar conjuntamente, e, se necessário com outra guerra; a oposição aberta ao governo Fox que não teria levado à frente o dialogo com o movimento e, sobretudo a posição firme de não hipotecar apoio a nenhum candidato às eleições presidenciais, mesmo sofrendo sérias críticas de partidos de esquerda, são documentados pelo jornal. A dimensão humana da luta, como a morte da sub-comandante Ramona em janeiro de 2006 é relatada a partir dos próprios integrantes do movimento.

La Jornada: comprometimento ou parcialidade

No período analisado encontramos artigos assinados em outras publicações mexicanas e em um livro sobre a cobertura da mídia no caso EZLN que critica La Jornada por, ao longo deste período, ter perdido a imparcialidade; segundo seus autores o jornal inicialmente teria sido de fato uma grande inovação na imprensa mexicana, mas pouco a pouco, primeiro teria aderido ao PRD e, depois teria se tornado um, porta voz do EZLN. A primeira crítica não se harmoniza com a segunda, pois o EZLN tem se afastado permanentemente de todos os partidos, logo um meio de imprensa muito próximo de uma visão partidária certamente não seria escolhido como meio preferencial de divulgação. Quanto à segunda crítica, é evidente na cobertura ampla que o La Jornada faz do movimento - ouvindo intelectuais, abrindo

espaços para entrevistas com lideranças do EZLN, sobretudo o sub-comandante Marcos, e, nos artigos de opinião, saudando abertamente a ação do movimento, mesmo mantendo sérias críticas à luta armada e sempre defendendo uma solução pacífica -, que o La Jornada mantém uma postura coerente com sua proposta inicial de dar voz aos que não tem voz, tornando-se cada vez mais um parceiro destes na luta social. Certamente que isso pode – e as críticas apontam para isto – em alguns momentos ter prejudicado a informação de caráter mais imparcial. Por outro lado, sabemos que toda notícia é uma versão dos fatos, e como tal jamais apresenta completa imparcialidade. No que tange à grande imprensa acostumamo-nos a ver uma versão subordinada aos interesses empresariais e a determinados grupos sociais, o La Jornada ao nos apresentar a versão dos oprimidos altera esta lógica da grande imprensa, nos permitindo comparar versões distintas da realidade, mas, sobretudo, escutar o que os movimentos sociais falam amplificando sua voz tanto no México como para os demais países do mundo.

Bibliografia

- CÂMARA, Antônio da Silva. A crítica intelectual ao movimento de Chiapas. Disponível em http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Antonio_da_Silva_Camara.htm
- DELABRE, Raul Trebo. La comunicacion enmascarada. Livro disponível em etcetra.com.mix/Chiapas/present.htm acessado em 09/07/2006.
- DIAZ, Carlos Tellos. (1996) *Chiapas la Rebelión de las Cañadas*. Madrid: Acento editorial.
- GOHN, Maria da Glória. (2002) *Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle a Nova York*.
- Gohn, Maria da Glória. (2002) In: *Movimentos Sociais no Início do século XXI – antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Editora Vozes. pp 33-53.
- GRAMSCI, Antonio. (1979) Jornalismo. In: *Os Intelectuais e a Organização da cultura. Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. pp161-207.
- JUQUEM, Philippe. (1999) La participation des journalistes à l'émergence des mouvements sociaux. In : Neveu, Eric (Coordonnée par) *Média et mouvements sociaux*. Paris: Hermes Science Publication. pp. 119-153.
- LENIN, V. (1978) *O QUE Fazer?* São Paulo: Ed. Hucitec.
- NAVARRO, Luiz Hernandez. Una campana muy otra. La Jornada 03/01/2006. Disponível em "<http://www.nodo.cedoz/noticias/articulos/artc001.htm> acessado em 15/07/2006" .
- NEVEU, Eric. (1999) Médias et mouvements sociaux, espaces publiques. In : Neveu, Eric (Coordonnée par) *Média et mouvements sociaux*. Paris: Hermes Science Publication. pp. 15-86.
- THOMPSON, John B. (1990) *Ideologia e Cultura Moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Editora Vozes 2ª edição.

Documentos

- La Jornada. Artigos disponíveis em "<http://www.cedoz/ezln/ez>" acesso em Janeiro a dezembro de 1994.
- La Jornada. Artigos disponíveis em "<http://www.jornada.unam.mx>" acesso em Fevereiro a abril 2001.

La Jornada. Artigos disponíveis em <http://www.jornada.unam.mx> acesso em Junho 2005 a julho 2006.
Primera Declaración de la Selva Lacandona. Artigo disponível em <http://www.bibliotecas.org.mx/chiapas/>
Sexta Declaración de la Selva Lacandona. Artigo disponível em www.ezln.org/documentos/2005/sexta.es.htm.